

Filho impacta 8 vezes mais a vida profissional de mulheres do que de homens

[\(Universa, 09/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada) divulgado no final de abril mostra que a chegada de um filho pode impactar a vida das mulheres brasileiras em quase oito vezes mais do que a dos homens.

Enquanto a taxa de pais que não estudam nem trabalham oscila em 8,7%, independentemente da idade dos filhos, a de mães chega a 54,5% três trimestres após o nascimento da criança, e vai a 65,5% na faixa etária que vai de 15 a 24 anos. O levantamento foi feito com base em dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)).

Ainda segundo o estudo, o percentual de pais que trabalham praticamente não se altera antes ou depois do nascimento de um filho, permanecendo próximo da taxa de 89%. Entre mulheres, porém, o número cai de 60,2% um ano antes da gravidez para 45,4% no primeiro semestre de vida da criança. Três trimestres depois, chega a 41,6% e, após cinco semestres, atinge 43,7%.

Em relação aos estudos, as taxas caem mais para mulheres, mas chegam a patamar similar na comparação com os homens. A partir do primeiro trimestre do filho, o percentual de pais que estudam cai de 8,5% a 6,9%, e o de mães vai de 15,4% para 6,7%.

Por Camila Brandalise

Observatório da Imprensa discute a pesquisa do Ipea sobre violência contra a mulher

(TV Brasil, 15/04/2014) Os resultados da pesquisa “Tolerância social à violência contra a mulher”, do Ipea, indignaram a sociedade. Em princípio, os dados errados apontavam que 65% da população concordavam, total ou parcialmente, que as mulheres que usam roupas provocantes merecem ser atacadas.

Uma semana depois, o Instituto divulgou que os resultados dos gráficos haviam sido trocados. Ainda que menores, os números ainda são inaceitáveis e a repercussão do assunto mostra que ele precisa ser discutido.

Hoje, meio milhão de estupros e violências contra a mulher ocorrem no Brasil. Nas redes sociais, a campanha “Eu não mereço ser estuprada” prossegue em meio a ameaças, intolerância e uma onda de abusos contra mulheres nos trens e no metrô.

Acesse no site de origem: [Observatório da Imprensa discute a pesquisa do Ipea sobre violência contra a mulher \(TV Brasil - 15/04/2014\)](#)

Pesquisa Ipea: Mal que veio para o bem, por Luciana Brafman

(O Globo, 09/04/2014) Se você é mulher, veste blusa decotada, saia curta e está num trem com mais quatro pessoas, saiba que uma delas acha que você é culpada caso seja vítima de violência sexual. A informação é fruto de pesquisa do Ipea — divulgada no fim de março e corrigida na sexta-feira —

que revelou o seguinte: 26% dos entrevistados concordam que “mulheres com roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. O dado não causa tanto espanto quanto os 65% divulgados erroneamente na primeira versão. Mas deveria.

Se há males que vêm para o bem, o erro do Ipea foi um deles. A estatística fria jogou luz sobre um tema de extrema importância. Repercutiu alto o silêncio das mulheres encoxadas nos trens, das estupradas nas ruas, das violentadas nas próprias casas. Mostrou que brincadeiras machistas devem ser evitadas e leis severas precisam ser cumpridas. Fez aflorar um sentimento de revolta nas redes, com protestos espontâneos — seguidos de ameaças. A sociedade reagiu. A presidente Dilma se manifestou. Não sei se as manchetes dos jornais seriam tão enfáticas com os 26% como foram com os 65%. Mas sei que a pesquisa não deve ser ofuscada pelo erro; as conclusões apontam na direção de que o Brasil deve perseguir o 0%. (Aqui, um aparte: os 65% continuam chocando, pois se referem à parcela que concorda com outra afirmativa da mesma pesquisa, “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar.”)

O episódio levantou ainda duas discussões saudáveis num ambiente democrático. A primeira diz respeito à missão e à credibilidade do Ipea. Ex-diretores atribuíram o erro à perda de foco da instituição, voltada à área social, em detrimento da macroeconômica. Na segunda-feira, o presidente do instituto, Marcelo Neri, disse em entrevista a Flávia Oliveira, no GLOBO, que o Ipea “entrou na área social há 25 anos e é reconhecido mundialmente como instituição de ponta nisso”. Em se tratando de órgão público, é bom mesmo que se discuta o papel do Ipea, que a sociedade conheça sua função, saiba para que existe, descubra o quanto gasta e se deve aprimorar seus procedimentos de checagem. O órgão, por vezes palco de vaidades e disputas políticas, presta um importante serviço ao país, com técnicos qualificados e estudos relevantes, marcados pela seriedade.

No país dos escândalos sobrepostos, em tempos de Comissão da Verdade, CPIs, doleiros e personagens da Sucupira de Dias Gomes, outra lição é a transparência. A identificação do erro e sua divulgação deveriam servir de exemplo às instituições públicas e privadas do país. Quantos e quantos erros

ainda aguardam debaixo do tapete Brasil afora? Embora não concorde com o pedido de exoneração do pesquisador Rafael Osório, sua atitude poderia inspirar, quem sabe, ex-dirigentes de estatal que continuam recebendo vencimentos da União após erro de milhões de dólares na compra de uma refinaria.

Acesse o PDF: [Pesquisa Ipea: Mal que veio para o bem, por Luciana Brafman](#)

Não vê quem não quer, por Flávia Oliveira

(O Globo, 09/04/2014) Violência contra a mulher no Brasil é real e banal. Está na música, nas ruas e nos boletins de ocorrência das delegacias de polícia

Se o Brasil voltasse duas semanas no tempo e os resultados da pesquisa “Tolerância social à violência contra a mulher” ganhassem as ruas sem traço de erro. Se recuasse um ano no calendário e os questionários do Sistema de Indicadores de Percepção Social não tivessem chegado aos 3.810 entrevistados. Se viajasse meio século na história, quando nem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada existia. Ainda que qualquer das três hipóteses se materializasse, o Brasil seria um país em que a violência contra a mulher é real. E banal.

O teste, sem amostra estatística, formulários ou percentuais tabulados, está ao alcance de quem estiver disposto a enxergar um palmo adiante. Para começar, ouça a canção. Melhor dizendo, as canções. Para-raios de fenômenos sociais, compositores brasileiros eternizaram ameaças e maus-

tratos em suas obras.

Rosa Maria Araujo, presidente do Museu da Imagem e do Som do Rio, tem exemplo secular. Heitor dos Prazeres compôs “Mulher de malandro”, na primeira metade do século XX. A letra, de 1932, ensinava: “Ela vive com tanto prazer/ Quanto mais apanha/ A ele tem amizade”.

O mestre João Bosco, em 1976, deu voz a “Gol anulado”, que Elis Regina gravou oito anos depois. A música, parceria com Aldir Blanc, outro deus da MPB, começava explicando: “Quando você gritou mengo /No segundo gol do Zico /Tirei sem pensar o cinto /E bati até cansar”. Ali, a violência é impulso, detonado pela decepção.

Zeca Pagodinho, em 1997, tratou da banalidade das agressões de gênero em “Faixa amarela”. Lá pelo terço final do samba, a declaração de amor se torna ameaça de espancamento e execração pública: “Mas, se ela vacilar, vou dar um castigo nela/ Vou lhe dar uma banda de frente/ Quebrar cinco dentes e quatro costelas/ Vou pegar a tal faixa amarela/ Gravada com o nome dela/ E mandar incendiar/Na entrada da favela”.

Num pré-Mercosul macabro, Sidney Magal, lá nos anos 70, cantou “Se te agarro com outro te mato”, versão de Sebastião Ferreira para a canção do argentino Cacho Castaña. O refrão começa com o título, autoexplicativo, e continua com o verso “Te mando algumas flores e depois escapo”, numa evidente certeza de impunidade.

O funk não escapou. MC Martinho lançou, em 2010, “História real”, que conta como um traficante mata a companheira com uma pistola nove milímetros: “E, quando a encontrou, deu logo dois tirão (sic)/No peito que a derrubou”.

Se referências musicais não convencerem, repare as cantadas gratuitas - seguidas de ofensas - nas calçadas. Mire o efeito scanner da cabeça que vira na direção da menina que vai. Preste atenção no rapazola que toca, sem constrangimento, os cabelos da moça que passa. Abra os olhos às encoxadas nos vagões lotados de trens e metrô.

Se ainda faltarem evidências, monte o álbum de recortes com notícias de

agressões, ataques, estupros, homicídios de namoradas, mulheres e ex, diariamente, Brasil afora. Um mês atrás, um jovem a cinco horas de completar 18 anos matou a ex-namorada Yorrally Ferreira, de 14, em Novo Gama (GO). Há 20 dias, em Belo Horizonte, o motoboy Gilmar Vitor da Paixão, de 37 anos, confessou numa rede social o assassinato da mulher, Fernanda Nagia, de 29, por ciúme.

São punhados de exemplos a confirmar que a violência contra a mulher está em toda parte. Reproduz-se na música. É visível nas ruas. E está atestada nos boletins de ocorrência das delegacias. Prescinde do Ipea. Não vê quem não quer.

Acesse o PDF: [Não vê quem não quer, por Flávia Oliveira](#)

Pesquisa do IPEA tirou estupro da sombra, afirma socióloga

(Rádio Nacional da Amazônia, 07/04/2014) Apesar do erro na divulgação - o dado correto é que 26%, e não 65,1% dos brasileiros concordam que mulheres que mostram o corpo merecem ser atacadas - Fátima Pacheco Jordão acredita que o estudo é positivo, pois mostra o comportamento machista dos setores mais conversadores do país. A especialista em pesquisas de opinião ressalta que a rápida reação da sociedade civil nas redes sociais, inclusive com a manifestação da presidenta Dilma Rousseff, revelou a dimensão do problema, que não é tratado de forma clara e objetiva.

[Ouça aqui](#)

Viva Maria tem produção e apresentação de Mara Régia, aborda assuntos

ligados aos direitos das mulheres e outros aspectos da questão de gênero e vai ao ar nas rádios Nacional da Amazônia e Nacional de Brasília de segunda a sexta-feira.

Representante da ONU Mulheres no Brasil escreve sobre a pesquisa Ipea

(ONU Mulheres) Para o Brasil, há mulheres e mulheres. E todas devem ser controladas

Por Nadine Gasman

“A pesquisa sobre Tolerância Social à Violência contra as Mulheres apresentada pelo IPEA no dia 27 de março - e retificada no dia 4 de abril - provocou surpresa e indignação na imprensa, nas redes sociais e nos movimentos de mulheres.

Os números aparentemente contraditórios revelam o retrato de um país que ainda subordina todas as mulheres ao poder dos homens e cultua a preservação da família patriarcal heteronormativa tradicional.

É possível perceber que a mídia e os esforços concretos dos governos em difundir informações sobre a Lei Maria da Penha e o conceito de violência doméstica, bem como a existência de uma Rede de Atendimento especializada em casos de violência contra as mulheres tem surtido efeitos e, apesar de não haver dados comparativos de períodos anteriores, podemos supor que as pessoas têm adquirido mais consciência sobre a gravidade, em especial, da violência física e a necessidade de punição aos agressores. Isso tem atualizado, em parte, o conceito de família.

Espera-se a supremacia dos homens dentro de casa, e ainda é forte o imaginário em relação ao sonho das mulheres de se casarem e se realizarem completamente por meio da maternidade. A instituição família deve estar acima das brigas e conflitos dos casais - e que ninguém se meta nisso. No entanto, dado que o casamento nos moldes patriarcais já constitui, em si, uma forma de subordinação e controle das mulheres, nem toda violência contra elas deve ser tolerada. As pessoas se mostram desfavoráveis a gritos, xingamentos, destruição de bens e, claro, a falar mal de uma mulher para outras pessoas. Em casos de violência física, a sociedade apoia o divórcio e a prisão dos agressores. No entanto, para 65% da população, se a mulher agredida continua com o parceiro, é porque ela gosta de apanhar.

Isso nos leva a, pelo menos, três reflexões. Quantos ciclos de violência são socialmente aceitos no ambiente doméstico até que se chegue a uma violação mais grave dos direitos das mulheres? Dados os números alarmantes de ocorrências de violência doméstica e de feminicídio praticado por parceiros de mulheres no país, e números ainda maiores de casos não denunciados, o quanto o discurso de que “homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia”, com o qual 91% dos respondentes da pesquisa concordam, se transforma, de fato, em prática? E nos casos de violência em que a mulher não se separa do agressor, ela não apenas se transforma em responsável pela agressão sofrida, como perde a possibilidade de contar com qualquer tipo de ajuda.

Enquanto a percepção da masculinidade vem se atualizando no imaginário popular - os homens não têm, necessariamente, uma natureza violenta, e não devem agredir suas esposas, ainda que tenham crescido em famílias violentas - infelizmente, não podemos dizer o mesmo em relação à percepção sobre a liberdade das mulheres. Especialmente quando essa liberdade se refere ao próprio corpo, objeto de constante vigilância moral e social.

No país em que 55% da população acredita que há mulheres e mulheres, as que são pra casar e as que são feitas somente para o sexo, estas últimas, não controláveis pela instuição do matrimônio, devem ser subordinadas à força, com violência e, se necessário, através do estupro.

E a culpa dos altos índices de violência sexual, segundo quase 60% das

peças entrevistadas, é das mulheres, que, insubordinadas, não se comportam de forma “adequada” para uma “mulher de respeito” ou, mais precisamente, para 26% das pessoas, pelo uso de roupas que mostram o próprio corpo.

Movimentos como #NãoMereçoSerEstuprada #NinguémMerece são mais do que bem-vindos como uma demonstração de repulsa a tal visão arcaica e opressora da sociedade em relação a todas as mulheres, como uma reafirmação de nossas liberdades individuais irrestritas, e como um estímulo ao debate e à reflexão para uma transformação efetiva e urgente dos paradigmas sociais e dos estereótipos de gênero.

De acordo com a pesquisa, entre a população entrevistada, as visões mais igualitárias e de respeito à liberdade e à diversidade vieram dos jovens e das pessoas com nível mais alto de escolaridade. Nesse sentido, resalto a importância de o Brasil investir fortemente na ampliação e na qualidade da educação de crianças, jovens e adultos, e de incluir as temáticas de gênero em todos os currículos escolares. Quero crer que a percepção da juventude seja resultado dos esforços empreendidos por tantos atores dos governos, da sociedade civil e dos mecanismos internacionais em prol da garantia dos direitos das mulheres e que demonstre que o país tende a evoluir na maneira como enxerga e trata as brasileiras.

Mulheres são pessoas livres e iguais em dignidade e em direitos, donas de seus corpos e de suas expressões e merecem respeito, em toda e qualquer condição. Ao ser signatário de acordos internacionais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e a Plataforma de Ação de Pequim, o Brasil tem como compromisso trabalhar para que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres se manifeste em números e na prática”.

Nadine Gasman é representante da ONU Mulheres no Brasil.